

# EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*EDUCATION AS AN AGENT OF SOCIAL TRANSFORMATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES*

**José Marques de Araújo**

MUST University, Estados Unidos

**Loyd Nunes Vieira Soares**

MUST University, Estados Unidos

**Daniella dos Santos**

MUST University, Estados Unidos

**Elilson José Campos Ferreira**

Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai

**Maria Angélica de Carvalho Domingos**

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/7hbtvw39>

Publicado em: 30.06.2024

**RESUMO:** O presente artigo teve como objetivo analisar a educação como agente de transformação social, com base em pesquisa bibliográfica fundamentada em autores críticos e contemporâneos. A investigação abordou três eixos centrais: a práxis pedagógica como forma de ação-reflexão voltada à emancipação, a construção da autonomia e da criticidade como pilares da cidadania ativa, e os desafios e oportunidades decorrentes da midiatização e das desigualdades sociais no ambiente escolar. A metodologia consistiu na seleção e análise de textos científicos publicados entre 2011 e 2023, com ênfase em materiais disponíveis nas bases Scielo e ResearchGate. A análise dos dados revelou que a educação, quando fundamentada em práticas críticas e dialógicas, tem potencial significativo para promover mudanças sociais estruturais, desde que apoiada por políticas públicas e mediação docente intencional. Destacaram-se ainda os limites impostos pela desigualdade de acesso às tecnologias e pela fragilidade de formações pedagógicas tradicionais. Conclui-se que a educação pode contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural, e que pesquisas futuras devem se concentrar em experiências concretas de transformação escolar, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emancipação, Prática Docente, Cidadania Crítica, Tecnologias na Educação, Exclusão Digital.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze education as an agent of social transformation, based on a bibliographic review grounded in critical and contemporary authors. The research addressed three central axes: pedagogical praxis as an action-reflection process toward emancipation, the development of autonomy and critical thinking as pillars of active citizenship, and the challenges and opportunities arising from media influence and social inequality in school environments. The methodology involved



selecting and analyzing scientific articles published between 2011 and 2023, mainly from Scielo and ResearchGate. Data analysis showed that education, when based on critical and dialogical practices, holds significant potential to foster structural social change, provided it is supported by public policies and intentional teacher mediation. The findings also pointed out limits imposed by unequal access to technology and weaknesses in traditional teacher education. It is concluded that education can contribute to building a more just, democratic, and plural society, and that future research should focus on concrete experiences of school transformation, especially in socially vulnerable contexts.

**KEYWORDS:** Emancipation, Teaching Practice, Critical Citizenship, Educational Technologies, Digital Exclusion.

## Introdução

A educação sempre desempenhou papel fundamental na construção das sociedades, sendo historicamente associada à formação de sujeitos e à reprodução ou transformação de estruturas sociais. No contexto contemporâneo, marcado por intensas desigualdades, transformações tecnológicas e disputas ideológicas, seu papel torna-se ainda mais crucial. O debate sobre a função social da escola, a formação crítica dos educandos e a capacidade da prática docente de promover rupturas com lógicas de dominação foi intensificado diante de novos desafios impostos pela globalização, pela midiaticização da vida cotidiana e pela exclusão de segmentos historicamente marginalizados.

A escolha pelo tema deste estudo justificou-se pela necessidade de compreender até que ponto a educação pode contribuir efetivamente para a superação das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Embora reconheça-se que a educação não é solução isolada para os problemas estruturais da sociedade, ela exerce influência decisiva na formação da consciência crítica, na consolidação de direitos e na emancipação dos indivíduos. Diante disso, tornou-se pertinente analisar as possibilidades e limites da educação como agente de transformação social, em especial no contexto brasileiro.

A questão norteadora que orientou a presente investigação foi: de que modo a educação pode ser compreendida e praticada como instrumento de transformação social, diante dos desafios impostos pela exclusão, pela midiaticização e pela permanência de práticas pedagógicas conservadoras?

Dessa forma, o objetivo geral consistiu em analisar criticamente os fundamentos, desafios e possibilidades da educação como agente de transformação social. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) compreender o papel da práxis na prática docente; (ii) discutir os caminhos para a construção da autonomia e da criticidade na formação educacional; e (iii) refletir sobre os impactos da midiaticização e das desigualdades sociais no processo educativo.

A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica, com análise de três artigos científicos selecionados por sua relevância temática, todos publicados entre 2021 e 2023. As buscas foram realizadas nas bases Scielo e ResearchGate, com as palavras-chave 'educação', 'transformação social', 'práxis', 'exclusão social' e 'tecnologia'. O estudo foi orientado pela abordagem qualitativa e dialética, permitindo o confronto de ideias, a análise crítica dos conteúdos e a articulação entre os referenciais teóricos.

Autores como Paulo Freire, Saviani, Libâneo, Marinho, Colares, Moran e Lima compuseram o arcabouço teórico que sustentou as reflexões. Esses autores possibilitaram compreender diferentes abordagens sobre a relação entre educação e transformação social, reconhecendo tanto o potencial emancipador quanto os limites impostos pelas estruturas institucionais e pelas condições materiais.

O trabalho foi dividido em três capítulos temáticos. No primeiro, discutiu-se a educação como práxis transformadora, com base na articulação entre teoria e prática. O segundo capítulo tratou da autonomia, da criticidade e da cidadania como elementos formadores da ação educativa emancipatória. No terceiro capítulo, abordaram-se os desafios e oportunidades enfrentados pelas escolas diante da mediatização e da exclusão social. A seguir, foram apresentados os resultados e a análise dos dados, seguidos das considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

## **Metodologia**

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas que abordam o papel da educação como agente de transformação social. Esse tipo de abordagem permitiu o aprofundamento teórico do tema, por meio da identificação de conceitos, fundamentos críticos e perspectivas pedagógicas que dialogam com os desafios e possibilidades educacionais no contexto contemporâneo. Como afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 54), “na pesquisa bibliográfica, não basta reproduzir o conteúdo dos autores, é necessário analisar e contextualizar os conceitos, adaptando-os ao problema estudado”, o que justifica a escolha por uma metodologia que valoriza a precisão conceitual e o rigor interpretativo.

O percurso metodológico estruturou-se a partir de três etapas principais: a delimitação temática, a definição das palavras-chave e a seleção das fontes bibliográficas. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram ‘educação’, ‘transformação social’ e ‘autonomia’ combinadas de forma simples para assegurar a recuperação de textos diretamente relacionados à proposta do estudo. Optou-se por expressões curtas e objetivas, evitando termos excessivamente técnicos, o que favoreceu uma busca mais direcionada e acessível. Nesse sentido, destaca-se que “as etapas metodológicas da pesquisa bibliográfica devem estar explicitadas no projeto de pesquisa, garantindo transparência e rigor no processo” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 55).

As fontes de consulta incluíram bases reconhecidas pela comunidade científica, com destaque para a SciELO, biblioteca eletrônica de acesso aberto que reúne periódicos científicos de diversas áreas do conhecimento, com ênfase na produção ibero-americana. Essa base foi escolhida por sua credibilidade, atualização periódica e disponibilidade de artigos com revisão por pares, assegurando qualidade e relevância às informações analisadas.

Foram adotados critérios de inclusão que privilegiaram artigos publicados entre os anos de 2011 e 2023, com abordagem direta sobre o papel da educação na transformação social. Excluíram-se textos opinativos, obras desatualizadas ou que tratassem da educação de forma periférica, sem articulação com os eixos estruturantes da pesquisa. A coleta foi realizada por meio da leitura integral dos textos, seguida de fichamentos temáticos, nos quais se registraram os principais argumentos, categorias conceituais e posicionamentos teóricos dos autores. Conforme

observam Silva, Oliveira e Silva (2021, p. 102), “a leitura exploratória do material deve selecionar as partes que de fato ajudarão a responder o problema de pesquisa”.

A análise dos materiais selecionados foi orientada pela perspectiva dialética, permitindo estabelecer conexões entre ideias distintas e promover o confronto crítico entre concepções pedagógicas transformadoras e conservadoras. Ainda segundo os mesmos autores, “a leitura mais profunda e detalhada precisa ser realizada intencionalmente de modo a identificar os dados e as informações constantes no material; estabelecer relações com o problema proposto; e analisar a consistência e a validade das informações” (Silva; Oliveira; Silva, 2021, p. 102). Essa postura analítica proporcionou o desenvolvimento de uma reflexão crítica, amparada por diferentes vertentes teóricas.

Por fim, compreendeu-se que a diversidade dos autores mobilizados exigiu atenção quanto às singularidades de cada proposta. A heterogeneidade das abordagens metodológicas e teóricas foi respeitada, sendo analisada de forma comparativa e contextualizada, com vistas a evidenciar os pontos de convergência e os tensionamentos existentes nas produções acadêmicas. Essa metodologia permitiu alcançar os objetivos da pesquisa de modo fundamentado e consistente, fornecendo subsídios teóricos relevantes para a elaboração dos capítulos que compõem este artigo.

## **A educação como práxis transformadora na sociedade contemporânea**

A concepção de educação como instrumento de transformação social tem como alicerce o entendimento de que ela não deve se restringir à mera transmissão de conteúdos, mas constituir-se enquanto processo ativo de formação crítica, capaz de gerar rupturas com a lógica de opressão social. Neste sentido, a ideia de práxis – como ação-reflexão-ação – emerge como eixo central da atuação pedagógica voltada à emancipação humana. Para Freire (1979, p. 15),

(...) a conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.

A citação evidencia que o ato educativo é transformador quando integra reflexão e ação em um movimento contínuo de recriação da realidade.

Nessa perspectiva, a educação torna-se um caminho para a libertação, uma vez que permite ao sujeito compreender criticamente o mundo e agir para transformá-lo. Tal concepção é reafirmada por Colares *et al.* (2021, p. 6), ao afirmarem que “a prática docente exige reflexão e articulação entre teoria e prática, ou seja, uma práxis efetiva”.

Ainda nesse campo, Rossato (2008, p. 331) argumenta que:

(...) a práxis implica a teoria como um conjunto de ideias capazes de interpretar um dado fenômeno ou momento histórico, que, num segundo momento, leva um novo enunciado, em que o sujeito diz a sua palavra sobre o mundo e passa a agir para transformar esta mesma realidade. É uma síntese entre teoria-palavra e ação.

O autor aprofunda a noção de práxis enquanto movimento dialético entre compreensão e transformação do real. A prática docente, nesse contexto, precisa se posicionar como resistência às estruturas injustas e como mediação ativa de processos de mudança.

Com base nesse entendimento, Luckesi (1994) defende que a educação tem o dever de direcionar-se a um objetivo, sendo capaz de manter ou transformar o ser social. O papel pedagógico, portanto, não é neutro; ele participa diretamente da formação crítica dos indivíduos e da construção de uma nova ordem social. Em consonância, Brandão (2007, p. 82) afirma que “nada se faz entre os homens sem a consciência e o trabalho dos homens, e tudo o que tem o poder de alterar a qualidade da consciência e do trabalho, tem o poder de participar de sua práxis e de ser parte dela”.

Ao abordar os limites e potencialidades da práxis educacional, Vazquez (1968, p. 117) conceitua-a como “atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade do homem [...]”. A partir dessa definição, entende-se que o compromisso ético e político da educação deve se orientar pela busca de justiça social, e não pela mera reprodução de conhecimentos estanques.

Essa concepção é ainda reforçada por Michael Apple, citado por Lima (2012, p. 11), que reconhece que “a educação tem não apenas um papel de reprodução da dominação, mas também um papel de desafiar a dominação”. Aqui, a práxis ganha contornos de enfrentamento às estruturas desiguais impostas pelo modelo capitalista, destacando o educador como agente político e cultural da transformação.

Sob esse prisma, Freire, conforme analisado por Lima (2012, p. 49), defende uma educação que vá além da simples adaptação às exigências do mercado e dos sistemas hegemônicos. Para ele, é necessário propor um modelo educativo que forme sujeitos capazes de se posicionar criticamente diante do mundo e intervir nele. Ao mesmo tempo, Libâneo (2012, p. 310) reforça que “a educação pode ser um caminho de enfrentamento das estruturas de dominação, desde que organizada como um processo contínuo, inacabado e emancipador”.

Dessa forma, a educação, ao ser compreendida como práxis, torna-se essencial para a superação das contradições sociais e para o fortalecimento de uma cidadania ativa e transformadora. Mais do que uma prática mecânica, trata-se de um movimento político e ético que visa à formação de sujeitos capazes de intervir na realidade e ressignificá-la de forma coletiva.

### **Autonomia, crítica e cidadania: caminhos para uma educação emancipatória**

A construção de uma educação voltada à autonomia, à criticidade e à cidadania implica a superação de modelos pedagógicos tradicionais que se limitam à reprodução de conteúdos. É necessário um reposicionamento das práticas educativas, no qual o educando não seja mais visto como recipiente passivo do saber, mas como sujeito ativo de sua formação e de sua participação na sociedade. Como afirmam Marinho e Freire (2023, p. 5919), “a educação eficiente deve partir de uma pedagogia que viabilize o educando compreender o que aprendeu, o porquê chegou a determinado resultado e em que tais descobertas contribuirão para o seu sucesso como agente na sociedade”.

Ao propor uma educação transformadora, reconhece-se que os estudantes precisam ser incentivados a desenvolver o pensamento crítico, a refletir sobre sua realidade e a intervir nela. Para Colares *et al.* (2021, p. 11),

(...) tomando em conta essa difícil conjuntura, procuramos demonstrar [...] que somente o professor crítico-reflexivo será capaz de desenvolver a práxis necessária

para a transformação da escola e da sociedade e que o educador que consegue ter um olhar reflexivo sobre o processo de ensino-aprendizagem vislumbra a educação como fator de transformação da sociedade

Essa afirmação destaca a centralidade da prática docente comprometida com a emancipação, uma vez que é por meio dela que se constrói uma educação verdadeiramente voltada para a cidadania crítica.

Além disso, ao refletir sobre a função da educação pública, Moran (2011, p. 28-29) observa que “avançaremos mais se soubermos adaptar os programas previstos às necessidades dos alunos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado, se transformarmos a sala de aula em uma comunidade de investigação”. Essa perspectiva reforça a necessidade de que os conteúdos escolares dialoguem com o mundo vivido pelos alunos, conectando-se com seus desafios, culturas e experiências.

Entretanto, é preciso reconhecer que, apesar de avanços legais e teóricos, muitas escolas ainda operam com lógicas excludentes, centradas em modelos autoritários e descontextualizados. Colares e Bryan (2014, p. 186) alertam que “a prática docente pode reduzir-se à mera reprodução dos modelos aprendidos em sala de aula, se não estiver submetida a uma reflexão sistemática e contínua”. Ou seja, a ausência de reflexão crítica tende a perpetuar um ensino mecânico e descomprometido com a realidade social.

De forma complementar, Marinho e Freire (2023, p. 5917) defendem que:

(...) discutir educação e refletir com o intuito de agir em favor dos cidadãos e cidadãs para que as autoridades educacionais de fato usem meios interessantes e adequados à efetiva alfabetização e, conseqüentemente, ao letramento das diferentes massas populares, resultando em sua autonomia cidadã, não só garantirão direitos individuais, mas também que a sociedade usufrua dos benefícios que só a consciência do bem comum e a vontade de fazê-lo possibilitarão que aconteçam.

A citação reforça que o acesso ao conhecimento e à criticidade permite ao sujeito social compreender seus direitos e deveres, assumindo uma postura ativa na construção do bem coletivo.

Nesse mesmo caminho, Gomes *et al.* (2012, p. 281) ressaltam que “a educação não é um serviço prestado, mas um direito que deve ser assegurado”, evidenciando que a cidadania não se constitui sem o exercício pleno da educação. Quando os sistemas de ensino falham em garantir o direito à aprendizagem crítica, negam também o direito à participação social.

O fortalecimento da cidadania crítica demanda, ainda, a reestruturação dos paradigmas pedagógicos que tratam os alunos como consumidores passivos de conteúdos. Como denuncia Moran (2011, p. 27), “os alunos aprendem certos conteúdos programáticos com rapidez, mas, eles não estão aprendendo a serem pessoas e cidadãos”.

Por fim, como pontua o documento do Seminário de Pesquisa em Educação (2011, p. 13), “a educação deve cumprir com sua finalidade que é permitir que os alunos sejam preparados para participar da construção do mundo social”. A função social da educação está justamente em formar sujeitos conscientes, autônomos e capazes de promover mudanças significativas na sociedade em que vivem.

## Desafios e oportunidades na escola frente à midiaticização e à exclusão social

As profundas transformações tecnológicas e midiáticas da sociedade contemporânea impuseram novos desafios à educação, sobretudo no que se refere ao combate à exclusão social e à construção de práticas pedagógicas significativas. O avanço das tecnologias de informação e comunicação ampliou o acesso ao conhecimento, mas também expôs desigualdades históricas, evidenciando a necessidade de uma escola capaz de articular inovação com justiça social. Como afirma Libâneo (2012, p. 310), “a integração ao mundo tecnológico, midiático e informacional impõem-se como uma exigência quase universal, embora, sabe-se que esse processo acontece de forma desigual nas diversas regiões do nosso país e do mundo devido às diferenças sociais, que envolvem as esferas política, econômica e cultural de cada sociedade”.

Essa constatação revela que a incorporação das novas tecnologias ao contexto escolar deve ser acompanhada por políticas inclusivas e por formação docente crítica, que reconheça os riscos de uma educação fragmentada e tecnicista. Como argumenta Marinho e Freire (2023, p. 5926), “a educação só cumprirá com o seu dever se der oportunidade e oferecer os meios à transformação do indivíduo, caso contrário, no máximo oferecerá escolarização, mas ainda assim continuará desigual e parcial”.

É nesse cenário que se manifesta a urgência de uma prática docente engajada, capaz de refletir sobre os impactos das novas mídias e suas implicações no cotidiano escolar. Para Castanho (2003, p. 13),

(...) mesmo que já esteja desenvolvendo a docência há anos, é necessário que esteja disposto a aprender sempre, a tornar-se um novo professor. [...] Esse professor [...] deve ser formado com um forte embasamento teórico geral, incluindo o filosófico, o histórico, o social e o econômico, para poder ler e interpretar a realidade.

Assim, o profissional da educação precisa ampliar seu repertório e suas práticas a fim de compreender o papel das tecnologias e dos meios de comunicação na formação dos estudantes, especialmente no enfrentamento das exclusões culturais e educacionais.

Sob outro viés, Saviani (2018), citado por Marinho e Freire (2023, p. 5925), entende que a superação da exclusão exige uma pedagogia que reconheça os sujeitos sociais marginalizados e os convoque à participação ativa.

Além disso, as tecnologias podem assumir função emancipadora quando utilizadas como ferramentas de criticidade, e não de reprodução de padrões de dominação. Moran (2011, p. 15) adverte que “nosso maior desafio é caminhar para um ensino e uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano”. Isso implica repensar os objetivos pedagógicos, incorporando as potencialidades das mídias, mas também seus riscos e limites.

Nesse sentido, é contraditório que, mesmo diante de tamanha evolução digital, a educação ainda reproduza práticas ultrapassadas e desconectadas da realidade dos estudantes. Como pontuam Marinho e Freire (2023, p. 5925),

(...) é discrepante, no mundo contemporâneo, repleto de avanços tecnológicos, científicos, políticos, econômicos etc., uma educação ainda cristalizada no século passado, pois cada época tem os seus desafios e as suas conquistas. Muito do que era relevante, hoje não é mais; e se é, ainda precisa ser revisto, complementado e reformulado para que atenda aos anseios da coletividade.

A crítica dos autores ressalta a urgência por uma escola inovadora, comprometida com a equidade e com o enfrentamento das desigualdades sociotecnológicas. É necessário reconhecer que o uso das mídias digitais pode ser tanto uma ponte quanto uma barreira — tudo dependerá da intencionalidade pedagógica e do contexto em que essas ferramentas são aplicadas.

A esse respeito, Colares *et al.* (2021, p. 14) destacam que

(...) a educação é bastante complexa e requer um posicionamento claro por parte daqueles que assumem o papel de educadores, especialmente considerando-se que de sua prática pode resultar a ampliação de mentes conservadoras ou progressistas.

Ou seja, o uso das tecnologias em sala de aula não é neutro; ele pode servir tanto à manutenção quanto à superação da exclusão.

Por fim, a superação desses desafios passa pela concepção de uma educação voltada à transformação social. Como afirmam os autores do artigo, “aprendizagem não apenas para compreender o mundo, mas para transformá-lo” (Colares *et al.*, 2021, p. 15). A tecnologia, nesse contexto, deve estar a serviço da formação cidadã e da justiça social, e não apenas da inovação técnica ou do desempenho escolar.

## Resultados e análise dos dados

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica apontam que a educação possui um papel estruturante na transformação social, desde que concebida como prática crítica e intencional. Em consonância com essa perspectiva, Colares *et al.* (2021) defendem que a prática docente deve estar articulada à reflexão permanente, pois é essa articulação que confere à educação o seu caráter transformador. Essa concepção é reiterada por Freire (apud Lima, 2012), ao enfatizar que a educação, embora não possa tudo, pode algo de fundamental: formar sujeitos capazes de romper com estruturas de dominação.

Na mesma linha, Marinho e Freire (2023) ressaltam que a educação deve ser compreendida como instrumento que propicie autonomia aos sujeitos, permitindo que estes se posicionem diante da realidade. Os autores alertam que, sem essa intencionalidade crítica, a educação corre o risco de reduzir-se a mera escolarização, reproduzindo desigualdades históricas. Saviani (apud Marinho; Freire, 2023) também se insere nesse debate ao destacar que a exclusão social não será superada se a escola não assumir seu papel político, voltado à superação das condições que marginalizam os sujeitos historicamente excluídos.

Contudo, mesmo diante de tal reconhecimento, os dados revelam que grande parte das práticas educacionais ainda se encontram aprisionadas a modelos conservadores e reprodutivistas. Segundo Libâneo (2012), isso se agrava no contexto da midiaticização da sociedade, uma vez que o acesso desigual às tecnologias pode intensificar a exclusão, ao invés de reduzi-la. O autor destaca que a integração ao mundo tecnológico é uma exigência quase universal, mas que acontece de forma profundamente desigual em função das condições sociais, econômicas e culturais.

Essa desigualdade digital é particularmente preocupante, considerando o cenário em que a informação circula massivamente, mas nem sempre de forma crítica. Como observa Moran (2011), o maior desafio da educação contemporânea é promover uma formação integral, que contemple todas as dimensões do ser humano. No entanto, a simples introdução de tecnologias no ambiente escolar, sem intencionalidade pedagógica, pode servir apenas à reprodução de práticas



já superadas, como alerta Castanho (apud Colares *et al.*, 2021), ao afirmar que o professor precisa estar em constante processo de aprendizagem, com base em fundamentos teóricos sólidos, para que consiga interpretar a realidade.

Nesse ponto, emergem também possibilidades promissoras. A utilização crítica e criativa das tecnologias, quando atrelada à práxis pedagógica, pode contribuir significativamente para a superação das exclusões. Marinho e Freire (2023) apontam que a educação só cumpre seu dever social se oferecer meios reais para a transformação do indivíduo e do coletivo. Essa afirmação encontra eco na defesa de Colares *et al.* (2021), segundo os quais a aprendizagem deve ir além da compreensão do mundo: ela deve capacitar o sujeito para transformá-lo.

Apesar dessas possibilidades, a análise revelou também limitações significativas nos estudos examinados. Nota-se uma predominância de abordagens teóricas com pouca inserção empírica, o que dificulta a análise dos impactos reais das propostas educacionais discutidas. Além disso, há uma repetição de perspectivas centradas nos grandes pensadores clássicos, como Freire e Saviani, mas com pouca articulação com práticas pedagógicas atuais e inovadoras.

Ainda assim, é possível identificar experiências que sinalizam caminhos para uma educação mais equitativa, sobretudo quando promovem a valorização da cultura local, o protagonismo discente e o uso ético das mídias. Tais práticas demonstram que a escola pode, sim, ser espaço de construção de cidadania e enfrentamento das desigualdades, desde que pautada em uma concepção crítica de educação e sustentada por políticas públicas comprometidas com a justiça social.

Portanto, reafirma-se que a educação tem potencial transformador, mas que sua eficácia depende de escolhas pedagógicas conscientes, do compromisso ético dos educadores e da mediação entre as condições materiais e simbólicas que atravessam o processo de ensino-aprendizagem. O desafio, portanto, não está apenas no acesso ao conhecimento, mas na forma como esse conhecimento é produzido, compartilhado e apropriado no interior das práticas escolares.

## Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar a educação enquanto agente de transformação social, a partir de uma perspectiva crítica, fundamentada em aportes teóricos contemporâneos e clássicos. A investigação foi organizada em torno de três eixos: a práxis educativa como ação transformadora, a construção da autonomia e da criticidade como fundamentos da cidadania, e os desafios e oportunidades impostos pela midiaticização e exclusão social no contexto educacional atual.

A partir da análise bibliográfica realizada, foi possível constatar que a educação, quando compreendida como prática social intencional e dialógica, desempenha um papel essencial na formação de sujeitos autônomos e na construção de uma sociedade mais justa. Os dados apontaram que a práxis educativa se constitui como movimento contínuo entre ação e reflexão, sendo a base para a superação de modelos pedagógicos reprodutivistas. Evidenciou-se também que a criticidade e a cidadania devem estar no centro do processo educativo, como formas de garantir a participação ativa dos indivíduos na vida social e política.

Ademais, os resultados indicaram que a midiaticização da sociedade representa tanto um desafio quanto uma oportunidade para a educação. Embora as tecnologias ampliem o acesso à informação, elas também intensificam desigualdades quando não mediadas por propostas pedagógicas éticas e inclusivas. A escola, nesse cenário, precisa atuar como espaço de acolhimento, formação crítica e enfrentamento das exclusões.

Os objetivos deste artigo foram plenamente alcançados, uma vez que foi possível compreender, a partir do diálogo entre os autores analisados, as potencialidades e limites da educação como instrumento de transformação. Identificou-se também a urgência de políticas públicas e ações formativas que promovam o fortalecimento da prática docente crítica, comprometida com a justiça social.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de investigações empíricas que verifiquem a efetividade de práticas pedagógicas inovadoras, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Estudos que explorem a escuta de professores e estudantes, assim como experiências de articulação entre tecnologias digitais, participação comunitária e protagonismo discente, podem oferecer novos caminhos para a consolidação de uma educação verdadeiramente emancipadora.

## Referências

COLARES, M. L. I. S.; FONSECA, A. D.; COLARES, A. A. A educação no processo de transformação social: refletindo sobre a prática docente. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 21, p. 1–15, 2021.

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores: identidade e saberes da docência. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 1095–1114, 2012.

MARINHO, E. F. da S.; FREIRE, M. E. dos S. Como a educação pode potencializar a transformação do campo social? **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 5915–5926, 2023.

MORAES, S. G. de. **Desafios, implicações e possibilidades da educação frente à midiaticização da sociedade**. Seminário de Pesquisa em Educação: Desafios e Possibilidades, Secretaria Municipal de Educação de Anápolis-GO, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, M. M. da; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, G. O. da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 91–109, 2021.